

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE. DEVER COMPARTILHADO E DIREITO FRAGMENTADO: O CASO PROJETO NOVA LUZ EM SÃO PAULO/SP.

Fernando de Oliveira AMORIM *

Resumo: O capital imobiliário influencia o mercado imobiliário urbano, pois afeta o padrão de uso do solo urbano ao direcionar ações estatais na alocação espacial de meios de consumo coletivo e na dosagem de recursos financeiros disponíveis para os diferentes segmentos da sociedade. Acaba por direcionar onde e como devem ser implantados os recursos públicos, gerando, na maioria das vezes, diferentes acessos a diferentes serviços, concretizando desigualdade sócio-espacial. Neste contexto, considera-se essencial a participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios das políticas públicas. Este projeto de pesquisa analisa as relações entre o Estado enquanto “superestrutura” e o cidadão envolto nas relações de classe social enquanto “estrutura”, objetivando avaliar se há uma participação do cidadão no processo de planejamento urbano. Problematisa ainda a questão da participação social e analisa em que medida esta participação depende do grau de apreensão e compreensão por parte do cidadão do modo como se produz este mesmo espaço urbano.

Palavras-chave: planejamento urbano, participação social, direito à cidade.

Abstract: The real estate development influences the urban real estate market as it affects the pattern of urban land use in directing state actions in spatial allocation of means of collective consumption and dosing of financial resources available to different segments of society. Ultimately direct where and how they should be deployed public resources, generating, in most cases, different access to different services, fulfilling socio-spatial inequality. In this context, it's essential the participation of civil society in decision-making of public policy. This research project examines the relationship

* Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP; fernandoamorim@usp.br. Projeto de Doutorado aprovado em 2012, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, FAUUSP. Bolsa FAPESP

between the state as a "superstructure" and citizen wrapped in social class relations as "structure", to evaluate if there is citizen participation in urban planning processes. Also discusses the issue of social participation and analyzes to what extent this participation depends on the degree of apprehension and understanding by citizens of how it produces the same urban space.

Keywords: urban planning, social participation, right to the city.

1. Introdução e natureza da pesquisa

A urbanização brasileira desenvolve-se através de subespaços que evoluem segundo lógicas próprias, ditadas muitas vezes por relações com o mundo exterior (SANTOS 1994). Entre as décadas de 1900 e 1920 a urbanização e a industrialização se concentram na região sul-sudeste; nas cidades se instala e amplia um mercado de trabalho atraente aos trabalhadores desejosos ou impelidos a abandonar o meio rural. No meio rural, com a abolição da escravatura, as fazendas recebem os trabalhadores livres europeus e mediante a construção de colônias implanta, através da habitação, uma forma de fixar e de pagar, baseado na troca, o trabalho destes colonos. Um processo habitacional semelhante se instala no meio urbano com a implantação das grandes indústrias. As grandes tecelagens racionalizam a construção das moradias (construção anteriormente marcada por certa espontaneidade). Ruas inteiras, vilas, quarteirões de casas são construídos para os operários pelo empresário industrial. As casas construídas pela fábrica são alugadas aos seus próprios operários: um abrigo para o trabalhador, mas também sujeição. Com a construção civil ainda incipiente, conseguir uma casa recompõe as condições de sujeição às quais o empregado se coloca quando tem seu emprego e sua casa vinculados. (REIS FILHO, 1970 e 2000; BLAY, 1978).

Entre as décadas de 1920 e 1940 ocorrem transformações que marcam profundamente a urbanização. É o início do desenvolvimento industrial. As cidades, dentre elas se destaca São Paulo, recebem uma crescente população (consequência do êxodo rural) e absorvem as transformações da era industrial equipadas com um esquema urbanístico e instrumentos, não raramente, ultrapassados. A partir das análises de Campos Filho (2001) sobre este interregno de tempo, pode-se afirmar que os investimentos privados, impulsionados pelo direcionamento de capitais na ascendente industrialização, desinteressam-se pelos investimentos em infraestrutura como saneamento básico (distribuição de água e coleta de esgoto), equipamentos coletivos e de serviços, etc. A consequência deste

não investimento, associado ao número crescente de trabalhadores, conduz à ocupação das periferias das cidades, *locus* suscetível de apropriação considerando a baixa capacidade aquisitiva destes trabalhadores.

Esta crescente industrialização, nas décadas de 1940 e 1950, alça o processo de urbanização além do nível regional, situando-o na escala nacional. Esta urbanização, associada ao crescimento demográfico, é mais presente no território de algumas cidades, incluídas as capitais de Estados. A partir da década de 1960, presencia-se uma fase de intensa industrialização e urbanização no Brasil, e a década de 1970 passa por mudanças que não são somente quantitativas e, qualitativamente, a urbanização apresenta nova dinâmica mediante os processos de modernização do país.

Esta modernização ocorre como parte do desenvolvimento econômico que influencia diretamente a organização da cidade, guiada por uma inversão excludente (quando o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso), gerando anomalia e deformação no processo de desenvolvimento urbano ao impulsionar a desigualdade social, concreta, por exemplo, no crescimento de favelas e cortiços. Como afirma Meyer (1978, p. 154), morar na cidade, dentro deste contexto, “é essencialmente uma atitude de força, de violência. A proliferação de favelas revelou a resistência da cidade em absorver os trabalhadores e a determinação destes em se instalar”.

Neste período, pode parecer “natural” que os trabalhadores urbanos migrantes construam sua própria casa na cidade como faz no campo, como prática cultural. Entretanto, é preciso lembrar que, longe de se ligar a uma cultura de subsistência na cidade, esses trabalhadores são assalariados e perfeitamente integrados numa economia urbana industrial capitalista. Se eles mantêm práticas de subsistência, ao construir suas casas, ao abrir poços para se abastecer de água e abrir fossas para o esgoto, em sua maioria, é porque não possuem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços. Isso ocorre pelo baixo poder aquisitivo de seus salários, e também pelo fato das políticas estatais tratarem a infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias como o faz os setores privados ou quando não, e mais frequentemente, combinadas a eles. (MARICATO, 1982).

Posteriormente às décadas de 1970-1980, ao refletir sobre Estados, ciclos de expansão e desenvolvimento urbano-regional, pode-se afirmar que nos anos de 1990 “a elite brasileira” não conduz o país a uma reconstrução e reestruturação do Estado, mas, como afirma Coutinho (2003, p. 39), esta elite conclui “que este estava corroído em tal extensão, que a melhor opção seria a de abandonar o modelo de desenvolvimento coordenado”. Opta-se

pela liberalidade do mercado como mecanismo de coordenação, o que implica, segundo este autor, em fracassos, pois confia-se na capacidade do capital privado em estruturar e dar sustentação a um novo processo de desenvolvimento. “Essa foi a crença [...] vendida à sociedade brasileira. Foi vitoriosa politicamente e, concretamente, entregou o comando do Estado brasileiro às forças que abraçavam a tese liberal” (COUTINHO, 2003, p. 40).

Desta forma, materializa-se, como expõe Mattos (2004, p. 191), uma configuração urbana correspondente à lógica “estritamente capitalista de produção ou reprodução urbana, em que a maximização da mais-valia urbana tem se afirmado como critério urbanístico medular”. Compreender estas práticas auxilia na compreensão do processo de estruturação intraurbana e suas distintas vantagens mediante investimento público como forma de criar diferenças locacionais determinadas pelo maior ou menor acesso a serviços urbanos.

Estes diferenciais por sua vez geram determinado prestígio social da vizinhança, configurando valorização imobiliária presente, por exemplo, nas intenções do processo de intervenções estatais no Projeto Nova Luz, na área central de São Paulo. Raquel Rolnik, mencionando artigo publicado no Caderno Aliás (O Estado de S. Paulo. Página J6, em 16 de abril de 2006), argumenta que projetos como a Nova Luz, na área central em São Paulo, insere-se no contexto dos “antigos centros das classes abastadas, que em algum momento já foram ‘o’ centro da cidade, são hoje territórios populares numa condição física precária, tanto dos imóveis privados como dos espaços públicos.” (ROLNIK, 2006).

A problemática consiste em compreender como os indivíduos reagem à estruturação do espaço pelo valor econômico e como são determinados pela lei ou pelo desejo. Interessa saber como a terra e o espaço “funcionam no espírito das pessoas”; interrogar-se como “o espaço as faz funcionar”. E compreender as relações entre os homens, a terra e o espaço consiste em compreender as práticas sociais presentes nas lutas urbanas que traduzem as práticas espaciais dos habitantes para preservar seu meio ambiente, “associando à crise da urbanização e à do manejo do território a vontade dos habitantes de controlar o seu espaço social contra a empresa do ‘econômico’ e do ‘Estado’.” (GUIGOU, 1986, p. 123). E, ao analisar o valor da terra e o valor do humano na produção do espaço urbano é imprescindível observar os processos envolvidos na renda da terra urbana, uma vez que as relações existentes entre a ação de grupos imobiliários (loteadores, incorporadores, etc.) e a ação planejadora do Estado configuram um espaço urbano nem sempre equitativo. Ação esta que muitas

vezes exacerba a desigualdade e exclusão social do espaço, como no caso da Nova Luz.

2. Justificativa da pesquisa

O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado, “no qual se forma o preço desta mercadoria *sui-generis* que é o acesso à utilização do espaço. Este acesso pode ser ganho mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico”. Neste processo, a renda da terra se concretiza na renda absoluta, isto é, no fato da terra constituir meio de produção necessário não reproduzível, pois “como todo espaço urbano é propriedade privada (com as exceções cabíveis), mesmo a pior localização tem que ser comprada ou alugada”. E o seu aluguel constitui a renda absoluta, ligada diretamente à existência da propriedade do solo, ao seu preço natural, sem a valorização enquanto trabalho social materializado. (SINGER, 1982, p. 25).

A partir da renda absoluta, num momento posterior, ou até mesmo concomitante, a renda da terra se concretiza na renda diferencial que decorre do preço de determinada área comportar qualificações, atributos ou características, como por exemplo, naturais (clima e fertilidade), criadas ou produzidas (terras drenadas, urbanizadas), acessibilidade em relação a outros itens do ambiente construído, etc. Um claro exemplo de renda diferencial na escala urbana pode ser observado no contexto histórico do déficit de infraestrutura e de serviços urbanos acumulados ao longo de décadas, e que ao implantar melhorias somente em determinadas áreas, supervalorizando-as, o Estado acaba por abandonar outras áreas, configurando áreas periféricas. Outro tipo específico de renda da terra é a renda de monopólio, que ocorre quando o preço da terra, ou das mercadorias que se produzem nela, é determinado pelo poder do proprietário em administrar sua escassez, associado à disposição e capacidade de seu usuário em remunerar o proprietário.

Esta lógica da renda da terra no processo de valorização imobiliária urbana pode ser expressa a partir de três momentos. O momento I pauta-se na alteração no preço ¹ da área entre aquele referente à sua aquisição original e o preço pelo qual este é negociado ao novo usuário/comprador, muitas vezes, o incorporador. O momento II pauta-se sobre a valorização ²

¹ Aqui existem apenas “rendas” da terra bruta. Terra neste momento é fator de produção, isto é, matéria prima.

² Aqui existe um processo de “valorização” da terra. Ela se torna mercadoria, pois há trabalho humano envolvido em sua transformação/fabricação.

realizada pelo incorporador ao alterar os atributos da área em questão, isto é, ao reequipá-la. E o momento III, pauta-se nas variações no preço³ referentes a modificações na estrutura espacial do ambiente construído onde se insere a área. Analisando a lógica de valorização imobiliária concernente ao “Projeto Nova Luz”, pode-se argumentar que, primeiramente, para o capital incorporador, o preço de mercado da terra acaba por determinar seu uso considerando seu estado de abandono e degradação. Para posteriormente, com a implantação do Projeto Nova Luz, ao usufruir de ações e investimentos do Estado, realizando o momento II (Renda Diferencial), vender a ideia ao novo comprador/usuário de que é seu novo uso que determinará o aumento do preço de mercado. Concretizando, desta forma, com a nova ocupação da “Nova Luz” a determinados grupos, o momento III (Renda de Monopólio).

Assim, na cidade capitalista não há vagas legítimas e reconhecidas para todos, principalmente, para os pobres, pois a propriedade privada do solo urbano, “faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos” (SINGER, 1982, p. 33). Desta forma, pode-se dizer que o capital incorporador ao atuar no processo de estruturação urbana, juntamente a outras forças de atuação, também deve ser responsabilizado pelo ordenamento e ocupação urbana ao assumir certa hegemonia sobre a estruturação espacial, produzindo segregação social do espaço.

Considerando a proposta de aprofundamento analítico destes questionamentos concernentes às políticas públicas, a participação social no processo de planejamento urbano e as relações com o espaço intraurbano (espaço de relações entre as esferas do público e do privado), Campos Filho (2003) defende práticas urbanas e ações da sociedade civil organizada enquanto instrumento essencial ao corroborar e exigir do poder público soluções para a indiferença e sentimento beligerante de nossas cidades. Alerta que se existe legislação definida no nível federal, “cabe a nós cidadãos contribuir para que, nos níveis municipal e estadual, o planejamento urbano, traduzido no Plano Diretor e leis correlatas de regulação urbanística, sejam normas estabelecidas para o nosso bem e não dos especuladores imobiliários”. (CAMPOS FILHO, 2003, p. 10). Prossegue exortando a necessária compreensão da lógica de formação do tecido urbano e defende a urgência do comprometimento da sociedade civil exigindo maior clareza no processo político decisório.

³ Aqui existem “preços” que são formados no mercado (oferta *versus* demanda).

Neste contexto, Ermínia Maricato e Flavio Villaça também defendem a necessidade da atuação civil ao acompanhar as tomadas de decisões referentes às políticas públicas urbanas. Maricato (1996) lamenta a confusão entre as esferas do público e do privado que acaba por influenciar, em determinado momento, a compreensão do papel do Estado (provavelmente, isto é mais do que confusão; é deliberada privatização do público). A confusão está calcada no ato e até mesmo na prática, que se tornou um hábito, do *favor*. Este, por sua vez, constitui a negação da universalidade dos direitos mesmo estando previstos na “ordem legal”⁴ com conseqüente negação da dignidade, presente “na essência da confusão entre a coisa pública e os negócios privados, na confusão entre governo e Estado, na dificuldade de abstração do Estado (pelas camadas pobres) submetido a relações pessoais” (MARICATO, 1996, p. 14).

Para Villaça (2001), a estrutura territorial também está articulada a outras, não territoriais, como a econômica, a política e a ideológica, organizadas em base e superestrutura; e é preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos. Argumenta que a segregação é uma determinada geografia, “produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano. Trata-se, portanto, de um caso de efeito do espaço sobre o social. Evidentemente esse espaço produzido é, ele próprio, social. Só o social pode constringer ou condicionar o social.” (VILLAÇA, 2001, p. 360). O autor “acredita” na sociedade civil organizada e “credita” no avanço da consciência de classe a superação da espoliação dos interesses coletivos. Para ele, “o destino do planejamento no Brasil atual, o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores estão assim ligados aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares” (VILLAÇA, 1999, p. 240-1).

Ressalta-se a existência de um problema urbano concretizado no descaso de parte dos administradores urbanos ao desconsiderar e/ou alterar muitas vezes a legislação existente. Neste processo, os grupos mais atuantes são os pertencentes à lógica empreendedora imobiliária que impondo seus interesses (muitas vezes através de um poder político, obtido, por sua vez, pelo poder econômico), impõem os interesses de uma minoria sobre uma maioria impedindo-os de requererem direitos de igualdade enquanto exercício da responsabilidade com relação ao que é de direito

⁴ Provavelmente é esta ordem legal que propicia e incorpora a “lógica do favor” para alguns. Por isso é possível cometer injustiças e manter privilégios dentro da ordem legal, que pertence e é produto da “ordem capitalista”, que em sua natureza não prevê “universalismos”, mas o inverso. Por isso, parece “ambíguo” ou “contraditório” buscar “justiças e universalidades” dentro de um sistema injusto por natureza. (MARICATO, 1996).

comum. Direito comum coadunado ao direito à cidade, como defende Henri Lefebvre, que se manifesta como forma superior dos direitos, pois é o direito à liberdade, direito à individualização na socialização, direito ao habitat e ao habitar. E principalmente, o direito à obra, à atividade participante e o direito à apropriação, que para este autor é bem distinto do direito à propriedade, e estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1991, p. 135). O poder público acaba por definir os ocupantes de determinado lugar configurando a apropriação deste solo descaracterizando-o da qualidade de espaço público em função de concessões a grupos privados. Harvey (1980) argumenta que “a elaboração bem sucedida de políticas adequadas, e a prevenção de suas implicações, vai depender de alguma investida interdisciplinar ampla sobre o processo social e os aspectos da forma espacial do sistema urbano” (HARVEY, 1980, p. 79).

Assim, ao formular políticas públicas⁵ urbanas é essencial incorporar conhecimentos sobre os processos de exclusão social do espaço, incorporando a dimensão do poder, entendido por sua vez na dimensão daqueles que produzem as políticas a partir de universos sociais já conhecidos, “deixando de lado realidades pouco estudadas ou ignoradas e também o poder (ou sua ausência) daqueles para quem as políticas públicas devem ser direcionadas” (MELAZZO, 2006, p. 21). Entretanto, pode-se argumentar que o humano não é mero reprodutor de ideias. Opera sua capacidade imaginária “deslocando significados atribuídos aos objetos reais para ideias latentes ou manifestas ou para proteger e resistir ao afloramento daquilo que não tem espaço nem mesmo em si próprio para ser dito” (GUIMARÃES, 2003, p. 13). Portanto, analisar as relações entre a agenda das políticas públicas e a apreensão e/ou apropriação do ambiente, requer uma análise de sua realização histórica através dos grupos sociais sobre o espaço público não homogêneo, com suas mensagens e valores definidos pelos mesmos no campo social e político.

Um grupo social, integrante da sociedade, existe no desenvolver de uma série de funções (produção, gestação e educação, gestão da coletividade, resolução dos litígios, etc.) ao estabelecer para si mesmo novas maneiras de responder às suas necessidades, constituída e articulada em função de um sistema de significações - “o imaginário efetivo (ou o imaginado)” (CASTORIADIS, 1982). Este processo de representações sociais é vivenciado no espaço público e nos processos através dos quais o

⁵ Conjuntos de decisões e ações quanto a questões políticas, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais. (MELAZZO, 2006).

ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros (JOVCHELOVITCH, 2002). Neste processo, o ser social não é um ente passivo, mas um ente em constante processo de interação e formulação de sua existência, com as estruturas e ações sociais inscritas no espaço urbano modificando a si mesmas. Ressalta-se que gestar políticas públicas urbanas requer incorporar conhecimentos sobre as desigualdades e os processos de exclusão social do espaço, permitindo assim, incorporar a dimensão do poder e a maneira como se produz alterando a configuração do espaço em que está inserido.

Portanto, Candido Malta Campos Filho (e a prática cidadã urbana com a unidade de vizinhança), Ermínia Maricato (e o controle e revisão das legislações urbanas existentes), Flávio Villaça (e a preocupação em se minimizar a ideologia dominante presente nos planos urbanos), Milton Santos (e a tentativa em contrapor o “consumidor mais-que-perfeito” e o “eleitor não cidadão” ao “consumidor-imperfeito”, isto é, ao “verdadeiro cidadão”), David Harvey (e a produção social do espaço), Henry Lefebvre (e a apropriação urbana que transforma a lógica produtiva capitalista do valor de troca para o valor de uso em busca do direito à cidade), exaltam o papel essencial da participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios. Exaltam a participação nas políticas públicas, pois do contrário esta última permanecerá como útero de conflitos de interesses distintos de também grupos distintos de atuação com o predomínio de interesses que manipulam os instrumentos estatais para benefício de minorias.

3. Objetivos gerais

3.1 Aprofundar o estudo a respeito das políticas públicas, especificamente, aquelas relacionadas à intervenção urbanística na área central de São Paulo;

3.2. Compreender como a população atingida nesta intervenção assimila e elabora este processo de mudança, bem como sua participação no processo de planejamento urbano.

4. Hipóteses e problematização

Considerando o que se expos até o momento, apresenta-se algumas hipóteses de trabalho.

4.1. O projeto da Nova Luz ao requalificar a área produzirá impactos na valorização imobiliária ao gerar renda aos incorporadores presente no momento II – renda diferencial.

4.2. As relações existentes entre a ação de grupos imobiliários (incorporadores, loteadores, etc.) e a ação planejadora do Estado configuram o espaço urbano de maneira socialmente diferenciado quanto à localização interurbana, o que acaba por definir os que vão ocupar determinado lugar.

Considerando estas duas proposições afirmativas, indaga-se:

4.3. A participação social no processo de planejamento urbano garante o direito à cidade?

4.4. Como a população atingida por este processo de intervenção urbana apreende o espaço à sua volta?

4.5. Se a população atingida apreende e compreende este espaço (e seu processo de produção) como desigual, deve, enquanto “ser social”, atuar no processo de participação do planejamento, o que nos conduz ao seguinte questionamento: Como a participação social no processo de planejamento pode atuar para se contrapor aos efeitos negativos da expulsão da população pobre na área da Luz?

4.6. Se a população atingida não apreende este processo como desigual, seja por um posicionamento político (em seu sentido mais amplo, e não necessariamente partidário), seja por desconhecimento de suas causas (apresentando um estado de ignorância e/ou alienação), compete a quem o papel de mediador dos conflitos de interesses? Ao Estado?

A problemática consiste em compreender como os indivíduos reagem à estruturação do espaço pelo valor econômico e como são determinados pela lei ou pelo desejo. Neste contexto analisa-se o papel dos moradores numa cidade em constante mudança e na apreensão dos mesmos referentes ao ambiente que os circundam, tendo em vista o espaço intraurbano e sua infraestrutura, potencial de alteridade ou alienação. Compreender a produção e apropriação do espaço urbano e a consequente materialização das desigualdades sócio-espaciais pressupõe compreender as políticas urbanas formuladas enquanto indicadores dessa materialização.

A problemática consiste ainda na análise da difusão da ideia de um “dever”⁶, que deve ser aceito e compartilhado por todos, mas que, concretamente, considerando o processo de planejamento, produção e apropriação do espaço urbano, apresenta-se como um “direito fragmentado”.

Neste contexto, observa-se um modelo topológico das formações sociais com a ajuda da teoria da ação comunicativa como paradigma cultural/pedagógico na construção do público a partir de uma perspectiva política, por sua vez, articulada no processo formativo e ético do discurso e da *práxis*. Este modelo pode ser compreendido a partir de: a) parte-se da concepção de mundo como mundo da vida, como espaço de seres humanos, baseado na experiência pessoal e coletiva, e permeado pelas relações entre culturas que compõem uma sociedade; b) estas relações formam a sociedade civil fundada na integração de vários grupos de comunicação social, associações, comunidades, regiões, etc.; c) neste espaço de interação entre pessoas, organizações e Estado, o público é gerado enquanto “meio” que dá sentido às relações e busca-se este meio como um “bem público”; d) neste contexto, a prática política se consolida na esfera do público, não devendo responder apenas aos interesses privados, pois, desta forma, formar-se-ia, uma sociedade fraca política e publicamente, com práticas políticas baseadas no clientelismo, no autoritarismo e não no poder comunicativo, como define Hannah Arendt e Habermas; e, por fim, e) conseqüentemente, o Estado de Direito constitui-se a partir destes movimentos políticos definindo, a partir das relações entre o público e o privado, suas ações práticas e a conformação entre diferentes grupos sociais e o espaço à sua volta.

5. Procedimentos metodológicos

A proposta metodológica enfoca uma abordagem dialética com base no materialismo histórico. Num primeiro momento, analisam-se questões como as relações entre os interesses privados contrapondo-se a interesses públicos, o processo de valorização imobiliária em áreas como a “Nova Luz” e seus impactos na vida da população moradora mediante revisão bibliográfica de autores apresentados no corpo deste projeto, bem como autores sobre os seguintes temas: 1) políticas públicas (com ênfase no urbanismo), planejamento urbano, direito à cidade e *gentrificação*; (vide Bibliografia: Planejamento Urbano, Direito à Cidade e *Gentrificação*); 2)

⁶ Por dever, compreende-se aqui um modo de agir em sociedade, bem como a reprodução e manutenção das relações verticais e horizontais de poder, como expõe Michel de Foucault, em sua obra *Microfísica do Poder*.

estrutura urbana, percepção e apreensão do espaço e imaginário urbano (vide Bibliografia: Representação Social, Imaginário, Percepção e Apreensão Urbana); 3) público e privado, o ente Estado enquanto “superestrutura” e o ente humano como “ser social” enquanto “estrutura” (vide Bibliografia: Filosofia Política Clássica e Bibliografia: Filosofia, Sociologia e *Práxis*) e, 4) a participação social no planejamento urbano (vide Bibliografia: Negociação e Participação Social).

Para testar estas proposições, objetiva-se ainda analisar as intervenções na área do projeto “Nova Luz” através da análise de atas e diretrizes de intervenção, partido arquitetônico e urbanístico. A análise ocorre em três momentos temporais distintos na intenção de observar o desenvolvimento do processo de intervenção, tendo em vista obter e/ou esclarecer quais grupos (e seus interesses) marcam este espaço e as relações com a ação planejadora do Estado, e suas consequências para a população local. Nesta etapa far-se-á uso de softwares de plataforma CAD, como AutoCAD® e ArcGIS®, dentre outros.

Num segundo momento, tendo em vista analisar a percepção dos moradores quanto às intervenções no espaço urbano, aborda-se uma metodologia expressa em Sá (1998; 2002), mediante questionário semidirigido construído e a técnica da evocação livre de palavras. Esta técnica consiste na apresentação de uma palavra-estímulo ao respondente para que, por meio da associação livre, designe o objeto apresentado. Para tanto, apresenta-se as seguintes instruções: 1) O que lhe vem à mente quando falamos em São Paulo? 2) O que lhe vem à mente quando falamos em bairro da Luz? A sugestão é que cada sujeito escreva 04 palavras que lhe venha à mente e logo após indique as duas mais relevantes em ordem de importância. Após a aplicação e obtenção deste material etnográfico, considerando o método de análise do discurso, os dados são tabulados e inseridos no programa EVOC® (software de análise de evocações). O programa EVOC® possibilita a partir de 16 programas a análise das evocações léxicas e a categorização por análise de conteúdo. Desta forma, os significados atribuídos pelos sujeitos são identificados no texto, gerando um produto das justificativas discursivas que organizado constitui um *corpus* para a análise, que pode ser dos significados ou dos significantes. Esta etapa se desenvolve concomitantemente à etapa de análise urbanística das intervenções em três momentos temporais distintos (como se expos no parágrafo anterior), na intenção de observar o desenvolvimento do processo de intervenção.

Concomitante à aplicação da técnica da evocação livre de palavras, tendo por objetivo analisar a apreensão do sujeito quanto ao sentimento de

pertença (ou não) ao espaço em sua volta, utiliza-se a técnica dos mapas mentais para obter a representação da localização de seu *locus vivendi*, como expresso em Jovchelovitch (2002). Para a referida representação gráfica, procede-se da seguinte forma: 1) Entregar folhas e lápis para o indivíduo e pedir para desenhar a representação de São Paulo e a posição do bairro da Luz nesse desenho; 2) Pedir para indicar em seu desenho a área central e os percursos que realizam trabalho-casa (deve-se deixar o sujeito à vontade quanto à representação do desenho); 3) Realizar o perfil do sujeito: a) Idade; b) Sexo; c) Profissão; d) Há quanto tempo está no bairro? e) Qual o motivo da vinda para o bairro? f) Houve alguma política de incentivo e melhoria no bairro? O objetivo é analisar a atividade representacional como trabalho da *psique* e atividade simbólica que se desenvolve *sobre e com* a atividade representacional na relação do sujeito com o mundo, com seu *locus vivendi*, na construção de significados.

Com a aplicação da metodologia, busca-se compreender como a população apreende o espaço à sua volta, e como reage a esta mesma apreensão, que pode ser tanto para a manutenção quanto para a mudança. Com isso, busca-se demonstrar que a população possui formas diferentes de perceber o espaço e maneiras de interagir com este espaço, elemento importante ao definir como proceder no processo de participação social na condução do planejamento urbano.

6. Referências

BLAY, Eva Alterman. **Habitação: a política e o habitante.** In: BLAY, Eva Alterman (org). *A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia Urbana.* Petrópolis: Vozes, 1978. pp. 75-86.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos.** O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. (Cidade Aberta).

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** São Paulo: 34, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade.** Tradução: Guy Reynaud. Revisão Técnica: Luiz Roberto Salinas Fortes. 4 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Rumos da Cultura Moderna, 52).

COUTINHO, Luciano. **O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação.** In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). *Regiões e cidades, TÓPOS*

cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ ANPUR, 2003.

GUIGOU, Jean-Louis. **A terra e o espaço**: enigmas para os economistas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de. (coordenadores). O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986. (Espaços). pp. 105-132.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica**. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). Espiral do espaço. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. pp. 7-21.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Prefácio e Tradução: Armando Correa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. (Geografia: Teoria e Realidade).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os outros**: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (org.). Textos em representações sociais. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Prefácio: Francisco de oliveira. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. (Urbanismo).

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. (Estudos Urbanos/Arte e Vida Urbana).

MATTOS, Carlos A. de. **Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrôpoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**. A agenda das políticas públicas em disputa. 222f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

MEYER, Regina M. P. **Segregação Espacial – Brasília**. In: BLAY, Eva Alterman (org). A Luta pelo Espaço. Textos de Sociologia Urbana. Petrópolis: Vozes, 1978. pp. 149-167.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

REIS FILHO, Nestor G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Por um novo lugar para os velhos centros**. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2006/04/29/por-um-novo-lugar-para-os-velhos-centros/>>. Acesso em 10 de julho de 2011.

SÁ, Celso Pereira. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo Central das Representações Sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. (Est. Urbanos 5).

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, Ermínia (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. pp. 21-36.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. pp. 169-259.

7. Bibliografia base

7.1. Planejamento Urbano, Direito à Cidade e *Gentrificação*.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori.; VAINER, Carlos B. e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção Zero à Esquerda).

BONDUKI, Nabil; SANTORO, Paula Freire. **O desafio do parcelamento do solo a partir do periurbano**: a composição do preço da terra na mudança de uso do solo rural para urbano. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis: Anais, 2009.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: ED. 34/Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.** Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos; 67).

DAVIDOVICH, Fanny. **Metrópole e contemporaneidade, algumas pontuações.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.* São Paulo: Contexto, 2003.

DEÁK, Csaba. **O Mercado e o Estado na organização especial da produção capitalista.** In: Espaço e Debates, n. 28. São Paulo, 1989.

FRÚGOLI JR., Heitor & SKLAIR, Jessica. **O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification.** In: Cuadernos de Antropología Social n. 30, FFyL, Universidad de Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n30/n30a07.pdf>.

GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: UNESP/ ANPUR, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. **A reapropriação de bairros da Cidade do México pelas classes médias: em direção a uma gentrificação?.** In: Bidou-Zachariansen, C.; Hiernaux-Nicolas, D.; Rivière d'Arc, H. (orgs.) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos.* São Paulo, Annablume, 2006.

JORGE, Wilson Edson; SALGADO, Elizabeth Carvalho de Oliveira. **Alterações da estrutura urbana da região metropolitana de São Paulo.** Pós-Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, n. 6, São Paulo, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Humanitas) [1970]

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MILES, Mike E. [et al]. **Real Estate Development**. Principles e process. 4 ed. Washington, DC: Binding, ULI – Urban Land Institute, 2007.

PALLAMIN, Vera M.(org). **Cidade e cultura**: esfera pública e transformação urbana. Coordenação: Marina Ludemann. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. **Planejamento urbano no Brasil**: paradigmas e experiências. Espaço e Debates, n. 37, São Paulo, 1994.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 4 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 1).

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana**. Espaço e Debates, n. 37, São Paulo, 1994.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada**: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariansen, C.; Hiernaux-Nicolas, D.; Rivière d’Arc, H. (orgs.) De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo, Annablume, 2006.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**. Gentrification and the Revanchist City. Nova Iorque: Routledge, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. [et.al.] (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 77-116.

7.2. Representação Social, Imaginário, Percepção e Apreensão Urbana.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BARTALINI, Vladimir. **Espaços livres públicos na cidade**. In: *Óculum*. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 4, 1993. pp. 64-7.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9 ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira [et al]. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso:** Ensaio crítico III. Tradução: Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERTRAND, Georges et BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias:** o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Organizador: PASSOS, Messias Modesto dos. Tradução: Messias Modesto dos Passos e Lilian Chaves Spini Coimbra. Maringá: Massoni, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** Lisboa: Edições 70, 1971. (Arquitetura & Urbanismo).

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados urbanos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000. (Acadêmica, 31).

HALL, Edward T. **A dimensão oculta.** Tradução: Sônia Coutinho. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (a)

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** investigação em psicologia social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vida nas cidades.** Expectativas urbanas no Novo Mundo. Tradução: Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1996.

RYKWERT, Joseph. **A Sedução do lugar:** a história e o futuro da cidade. Tradução: Valter Lellis Siqueira. Revisão: Sylvia Ficher. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção a).

SCHAFFER, R. Murray. **A afinação do mundo:** uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do

nosso ambiente: a paisagem sonora. Tradução: Marisa Trench Fonterrada. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

TUAN, YI-FU. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Livia de Oliveira, 1980.

7.3. Filosofia Política Clássica.

AGOSTINHO DE HIPONA, **A Cidade de Deus**: contra os pagãos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 2 v., 1990. (Pensamento Humano).

AQUINO, Tomás de. **Escritos Políticos**. Tradução: Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis: Vozes, 1995. (Clássicos de Pensamento Político, 6).

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. In: Tópicos; Dos argumentos sofísticos; Metafísica (Livro I e Livro II); Ética a Nicômaco; Poética. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, IV).

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BACON, Francis. **Nova Atlântida**. Tradução e notas: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XIII).

BOÉCIO, Anício Mânlio Torquato Severino. **A consolação da filosofia**. Tradução: Willian Li; revisão: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol**. Tradução e notas: Aristides Lobo. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XII).

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução e notas: Amador Cisneiros. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, V).

DANTE ALIGHIERI. **Monarquia**. In: Sto Tomás de Aquino; Dante Alighieri, John Duns Scot; Willian of Ockham: Seleção de textos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores – VIII).

ERASMO DE ROTTERDAM. **Elogio da Loucura**. Tradução e notas: Paulo M. Oliveira. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores, X).

ESPINOSA, Baruch. **Ética**. Tradução: Joaquim de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XVII).

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Político**. Tradução: Manuel de Castro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XVII).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28 reimpressão. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na História**: uma introdução geral à Filosofia da História. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. Moraes, 1990.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, XIV).

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1999.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução: Pinto de Carvalho, São Paulo Cia Ed. Nacional, 1964.

KANT, Immanuel. **Para a Paz Perpétua**. Estudo Introdutório: Joám Evans Pim. Tradução: Bárbara Kristensen. Rianxo, Galizia: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. Ensaio relativo à verdadeira origem extensão e objetivo do governo civil. Tradução E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XVIII).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução: Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores – IX).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Portugal: Editorial Presença e São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 7 ed. São Paulo: Global, 1988. (Universidade popular - v.1).

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Prefácio e Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O Espírito das Leis**. As formas de Governo, a Federação, a Divisão dos Poderes. 9 ed. Introdução, Tradução e Notas: Pedro Vieira Mota. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. Tradução e notas: Luis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores, X).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Sobre o Contrato Social**. In: Rousseau e as Relações Internacionais. Tradução: Sérgio Bath. Prefácio: Gelson Fonseca Jr. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora UnB; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2003. (Clássicos IPRI).

PLATÃO. **A República**. Tradução: Albertino Pinheiro. 6 ed. São Paulo: Atena, 1956. (Biblioteca Clássica, XXXVIII).

7.4. Filosofia, Sociologia e Práxis.

ADORNO, Theodor, W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2 ed. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. Tradução: Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1996. (Temas da Atualidade).

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa/Portugal: Relógio D'Água, 1991. (Antropos).

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 9 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BERNSTEIN, R. **Beyond objectivism and relativism**: Science, hermeneutics and praxis. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 2 ed. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEWEY, J. **How we think**. New York: Dover, 1910/1997.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Athens, OH: Swallow Press/Ohio University Press, 1927/1991.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação** – na idade da globalização da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina** - filosofia da libertação. Piracicaba: Unimep, 1977.

DUSSEL, Enrique. **Método para uma Filosofia da Libertação** – superação analética da dialética hegeliana. Tradução: Jandir João Zanotelli. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem** – apêndice: Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Karl Marx. 8. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

GIDDENS, Antony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**. Estudos de teoria política. Tradução George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “Ideologia”**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of Communicative Action** Volume 1: Reason and the Rationalisation of Society. Cambridge: Polity Press, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. (1989). Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003. (Temas de Atualidade, II).

JAMESON, Fredric. **As marcas do visível**. Tradução: Ana Lúcia de Almeida Gazolla et al. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. Tradução: Maria Elisa Cevasco. Revisão da tradução: Iná Camargo Costa. São Paulo: Ática, 1996. (Temas, v. 41 Cultura e Sociedade).

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução: Rodinei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Prefácio: Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes. Pós-fácio: Nicolas Tertulian. Tradução: Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORRIS, Raymond Neville. **Sociologia Urbana**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. (Biblioteca de Ciências Sociais).

PINKER, Steven. **Tábula rasa**: a negação contemporânea da natureza humana. 2 reimpressão. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. 7 ed. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2 ed. Tradução: Rita Lima. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Biblioteca de Ciências Sociais, 19).

RAWLS, John. **O Liberalismo Político**. 2 ed. Tradução: Dinah Abreu Azevedo. Revisão da Tradução: Álvaro de Vita. São Paulo: Ática, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOURAINE, Alain. **Iguais e Diferentes**. Poderemos viver juntos? Tradução: Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

7.5. Negociação e Participação Social.

ABREU, Antônio Suárez. **A Arte de Argumentar**: gerenciando razão e emoção. 8 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

BRETON, Philippe. **A Argumentação na Comunicação**. 2 ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DELEUZE, G. **Negotiations**. Columbia University Press, New York, 1995.

FISHER, Roger; URY, Willian e PATTON, Bruce. **Como Chegar ao Sim**: A negociação de acordos sem Concessões. 2 ed. Tradução: Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2005. (Série Logoteca).

FISCHER F. & FORESTER J. (eds). **The Argumentative Turn in Policy Analysis & Planning**. Durham: Duke University Press, 1993.

FLYVBJERG, B. **Rationality and Power**: Democracy in Practice. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1998.

FORESTER, J. **Planning in the face of power**. Berkeley: University of California Press, 1989.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997.

HAJER, M. and WAGENAAR, H. (eds). **Deliberative Policy Analysis**: Understanding Governance in the Network Society. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HEALEY, P. **Collaborative Planning**: Shaping Places in Fragmented Societies. London: Macmillan, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania**: fatias de nossa história recente. Espaço e Debates, n. 40, São Paulo, 1997.

SCHON, D. **The reflective practitioner**. New York: Basic Books, 1983.

SHELL, G. Richard. **Negociar é Preciso**: Estratégias de negociação para pessoas de bom senso. 16 tiragem. Tradução: Márcia Tadeu. São Paulo: Elsevier; Campos, 2001.